

03 DE ABRIL DE 2018

## **MOÇÃO SECTORIAL XXV CONGRESSO NACIONAL**

**A SAÚDE NUM PORTUGAL 2030**

JSD DISTRITAL DO ALGARVE

AUTOR:  
RICARDO JOSÉ PROENÇA GONÇALVES, Nº MILITANTE 167450

O sector da saúde em Portugal encontra-se desde Janeiro de 2016 inequivocamente estagnado.

Apesar das muitas reformas efetuadas, nos últimos dois anos o setor da saúde em Portugal continua a padecer de um conjunto de problemáticas que há muito se encontram identificadas e diagnosticadas. Contudo, atualmente em Portugal continuam a existir:

- Desigualdade no acesso aos cuidados de saúde. Dados da OCDE, referem que 3,5% da população em Portugal têm necessidades não satisfeitas para consultas médicas, onde o grupo de menor rendimento apresenta uma percentagem de necessidades não satisfeitas de 6,4%;
- Legislação pouco pragmática. A produção legislativa e a mudança de contextos e práticas não caminham a par. A legislação no sector da saúde continua a não intervir e a não reformar;
- Incessante inadequação do modelo organizacional e de gestão, onde o Estado tem um papel tripartido, onde este é acionista, regulador e pagador, concentrando muitas responsabilidades numa só organização;
- Uma permanente falta de um planeamento estratégico de saúde eficaz, onde o planeamento da oferta de cuidados de saúde seja homogéneo e adaptado em todas as entidades públicas de saúde do país;
- Contínua carência de uma cultura de avaliação e responsabilização que permita agir sobre as lacunas claras entre as metas alinhavadas e os resultados atingidos. A maioria das reformas e políticas implementadas não são avaliadas e ajustadas;
- Ausência de uma articulação com o tecido económico regional, com as autarquias e com as escolas, apostando na formação das novas gerações;
- Ausência de uma promoção eficaz do Plano Nacional de Literacia e Educação para a Saúde.



Propõe-se os seguintes desafios:

- Investimento efetivo no desenvolvimento de competências, prestação de contas e profissionalização da gestão de topo e intermédia;
- Incentivos à investigação em saúde para o desenvolvimento de projetos de aplicação prática, com vista à melhoria dos cuidados de saúde;
- Imputar responsabilidades de conhecimento da procura, financiamento e pagamento a uma única entidade, permitindo assim contratar os prestadores públicos e privados com base nas reais necessidades dos cidadãos;
- Simplificar e clarificar as estruturas de governo do SNS, separando os papéis de prestador e de pagador, e redistribuir as responsabilidades pelos diferentes organismos, o que permitiria eliminar os conflitos de interesses na tomada de decisões;
- Incentivos à fomentação do conceito de «Cidades Saudáveis», repensando a estratégia de apoios à Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis;
- Descentralização: reforço da participação das entidades regionais de saúde e das autarquias locais na gestão do SNS, para que sejam implementadas as devidas e adequadas políticas de saúde;
- Elaboração de uma Estratégia Nacional para a promoção do Plano Nacional da Literacia e Educação para a Saúde, com o objetivo de aumentar a literacia em saúde e promover hábitos de vida saudáveis nas gerações futuras.



Posto isto, é evidente que apesar das mudanças na política governativa, a sustentabilidade e as desigualdades em saúde, continuam a assumir um lugar de destaque na agenda da saúde em Portugal.

Urge portanto, dar uma especial atenção, e reforço na reorganização da oferta de cuidados de saúde, na alocação de recursos financeiros e na melhoria da prevenção e prestação de cuidados de saúde primários, em especial na promoção da literacia e educação em saúde nas novas gerações. É igualmente fundamental estabelecer um planeamento estratégico com objetivos tangíveis e possíveis de concretizar, onde todos os *stakeholders* devem seguir a mesma linha estratégica orientadora para o setor da Saúde.

Todas as problemáticas identificadas e desafios sugeridos nesta proposta vão ao encontro dessa mesma reorganização e simplificação da gestão e da estratégia que se pretende para o setor da Saúde em Portugal, combatendo assim as ineficiências recorrentes, criando-se assim uma dinâmica de atuação na prevenção, na gestão de cuidados e na responsabilização e participação do cidadão. Porém muitas destas mudanças que se pretendem para o setor necessitam de uma discussão alargada, onde o papel do cidadão, sobretudo dos mais jovens, é indispensável.

*“Nos nossos dias, o Estado deve capacitar os cidadãos para fazerem opções saudáveis. Só uma pessoa informada está habilitada a realizar boas escolhas.” – Aníbal Cavaco Silva.*